- (h) Privativo do Hospital de Santa Marta.
 (i) A chefia do arsenal cirúrgico compete à direcção dos serviços de banco e urgência.
 (j) Nos hospitais em que um enfermeiro-chefe desempenhar as funções de enfermeiro geral este terá a sua gratificação aumentada para 300\$.
 (k) Das enfermeiras de 1.ª classe 9 serão enfermeiras-parteiras puericultoras.
 (l) Das enfermeiras de 2.ª classe 9 serão enfermeiras-parteiras puericultoras.
 (m) Salário mensal, salvo para os que eram contratados à data da publicação do Decreto-Lei n.º 31 913, que continuarão a ser remunerados por vencimento.
 (n) Salário diário, salvo para os que eram contratados à data da publicação do Decreto-Lei n.º 31 913, que continuarão a ser remunerados por vencimento.
 (o) Este número será reduzido a 17 à medida que se derem vagas.
 (p) Os cozinheiros encarregados da chefia de cozinhas receberão por esse encargo, enquanto se mantiver a comissão, 150\$ mensais.
 (q) Ao contínuo que for encarregado, em comissão, de dirigir o restante pessoal menor é atribuída a gratificação mensal de 50\$.
 (r) O funcionário que for encarregado, em comissão, de superintender nos serviços de armazéns e depósitos privativos receberá por esse encargo a gratificação de 300\$ mensais. Aos fiéis encarregados, em comissão, de depósitos será atribuída a gratificação de 50\$ mensais. De entre os fiéis e os ajudantes de fiéis serão destacados os propostos de tesouraria.
 (s) O médico que for destacado para chefiar os internos perceberá por esse encargo a gratificação mensal de 300\$.
 (t) Destes, 14 são especialmente atribuídos aos serviços complementares, sendo 4 para radiologia, 3 para fisioterapia, 3 para as análises clínicas, 1 para a anátomo-patologia e 3 para os serviços de sangue.

Observações de carácter geral

A

O novo quadro abrange todo o pessoal a distribuir pelos seguintes estabelecimentos:

Hospital de S. José.
 Hospital de Santo António dos Capuchos.
 Hospital Curry Cabral.
 Hospital de Santa Marta.
 Hospital de D. Estefânia.
 Hospital do Desterro.
 Hospital de Arroios.
 Hospital de S. Lázaro.
 Hospitalização anti-rábica e antidiférica do Instituto Câmara Pestana.
 Auxílio Maternal do Pessoal Feminino dos Hospitais Civis de Lisboa.

B

No prazo de vinte dias proceder-se-á, por simples despacho, à distribuição do pessoal actualmente ao serviço pelos lugares previstos nos mapas constantes desta portaria, na categoria, quanto possível, correspondente à que lhe competia e à função que já exercia.

C

O pessoal que, pela distribuição dos lugares previstos nesta portaria, seja colocado em cargos de categoria ou remuneração (vencimento ou gratificação) inferiores aos que desempenhava manterá, para todos os efeitos, incluindo os de aposentação, a categoria e a remuneração que tem presentemente.

D

Sobre os salários fixados nesta portaria incidirá o suplemento de 90 por cento.

E

O pessoal que não for possível colocar nos novos quadros poderá ser mantido em regime de prestação de serviços durante o corrente ano, findo o qual será dispensado se não tiver sido colocado em vagas que ocorrerem nos Hospitais Civis de Lisboa ou no Hospital Escolar de Lisboa.

§ único. O pessoal vitalício ou contratado que não for colocado nos lugares constantes desta portaria será transferido para o Hospital Escolar de Lisboa, sem perda de quaisquer direitos, incluindo o de aposentação, ainda que a sua colocação se faça ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 31 913, de 12 de Março de 1942.

F

O Ministro do Interior, ouvido o das Finanças, poderá fixar a gratificação a receber pelos funcionários e empregados que haja conveniência para o serviço em que desempenhem as funções respectivas em regime de acumulação.

G

Todos os serventes e criadas recebem alimentação, salvo sendo autorizados a comer fora, por motivo atendível, descontando para tal fim 12 por cento da sua remuneração total.

H

Além do mencionado nos artigos 52.º e 53.º do Decreto n.º 28 794, de 1 de Julho de 1938, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29 045, de 10 de Outubro do mesmo ano, terão direito a alimentação gratuita:

- O pessoal de enfermagem e serventuário colocado nos serviços de isolamento 1 e 2 do Hospital Curry Cabral;
- O pessoal serventuário em serviço nas cozinhas;
- Os voluntários de enfermagem.

Ministério do Interior, 27 de Maio de 1953.—O Ministro do Interior, *Joaquim Trigo de Negreiros*.—O Ministro das Finanças, *Artur Aguedo de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 39 225

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica autorizado o Ministério da Justiça a subsidiar, pelo Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça, até ao limite de 10:000.000\$, construções prisionais, de estabelecimentos jurisdicionais de menores e as obras do novo edificio da Polícia Judiciária de Lisboa. Para esta última construção não poderá ser concedido mais de um quinto daquele subsídio.

Art. 2.º O Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça deverá reservar, enquanto for julgado necessário, uma parte dos saldos anuais de gerência para subsidiar a construção de um edificio para os tribunais criminaes de Lisboa.

Art. 3.º As obras subsidiadas nos termos dos artigos anteriores é aplicável o § 2.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38 386, de 8 de Agosto de 1951.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1953.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES—*António de Oliveira Salazar*—*João Pinto da Costa Leite*—*Fernando dos Santos Costa*—*Joaquim Trigo de Negreiros*—*Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*—*Artur Aguedo de Oliveira*—*Adolfo do Amaral Abranches Pinto*—*Américo Deus Rodrigues Thomaz*—*Paulo Arsénio Virtissimo Cunha*—*José Frederico do Casal Ribeiro Utrich*—*Manuel Maria Sarmento Rodrigues*—*Fernando Andrade Pires de Lima*—*Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*—*Manuel Gomes de Araújo*—*José Soares da Fonseca*.